

3.1.3 – A presença da pobreza e das desigualdades sociais nas escolas públicas de São Paulo

Rafael Lopes de Sousa, Viviane Vieira Hatakeyama e Andreia Mendes de Oliveira

A presença da pobreza e das desigualdades sociais nas escolas públicas de São Paulo

SOUSA, R. L. de⁵; HATAKEYAMA V. V. ⁶; OLIVEIRA, A. M.⁷

COMO CITAR O ARTIGO:

SOUSA, R. L.; HATAKEYAMA, V. V e OLIVEIRA, A. M. **A presença da pobreza e das desigualdades sociais nas escolas públicas de São Paulo.** URL: [www.italo.com.br/portal/cepep/revista eletrônica.html](http://www.italo.com.br/portal/cepep/revista_eletronica.html). São Paulo SP, v.10, n.3, p.147-167 , jul /2020.

⁵ Rafael Lopes de Sousa é Doutor em História Social pela Unicamp. Atualmente é professor permanente do Mestrado Interdisciplinar de Ciências Humanas da Unisa (SP). canoeiros2008@gmail.com

⁶ Professora das Faculdade Santa Marcelina. Mestre em Ciências Humanas, Bacharel em Administração pela Universidade Estácio Radial e Licenciada em Pedagogia. Atua como Professora e Tutora dos Cursos de Graduação e Pós Graduação da Educação a Distância. vivianevieira.sousa@yahoo.com.br

⁷ Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental na Rede Pública Municipal de São Paulo. Mestre em Ciências Humanas, Licenciatura em Pedagogia e História, Especialista em Psicopedagogia, Educação Ambiental e Gestão pública Municipal. andreiaprojetoesperanca@yahoo.com.br

RESUMO

A luta pela igualdade de direito tem ganhado grandes proporções ao longo dos anos permitindo a visibilidade de alguns grupos sociais. Esse processo contribuiu com a criação de políticas voltadas para atender as demandas de alguns seguimentos da sociedade, principalmente no combate a desigualdade. É importante frisar que nenhum individuo nasce desigual, mas sim em condições de desigualdade. Condições essas que foram ocasionadas por processos históricos que deixaram marcas e que foram se reproduzindo na sociedade. Essa pesquisa teve caráter bibliográfico para abordar a educação, pobreza e desigualdades sociais e a presença da pobreza e das desigualdades sociais nas escolas e as questões que isso traz para as políticas e práticas educacionais. Aborda também a Escola e a organização dos seus tempos e espaços, dando ênfase a territorialidades e os saberes e experiências dos coletivos sociais. Por fim é abordado o currículo, sua organização escolar e diversidade levantando apontamentos do conhecimento, ciência e pobreza.

Palavras-chaves: Pobreza, desigualdade social e educação.

ABSTRACT

The struggle for equal rights has gained great proportions over the years allowing the visibility of some social groups. This process contributed to the creation of policies aimed at meeting the demands of some segments of society, especially in the fight against inequality. It is important to emphasize that no individual is born unequal, but under conditions of inequality. These conditions were caused by historical processes that left marks and were reproducing in society. This research had bibliographic character to address Education, poverty and social inequalities and the presence of poverty and social inequalities in schools and the issues that this brings to educational policies and practices. It also addresses the School and the organization of its times and spaces, emphasizing territorialities and the knowledge and experiences of social collectives. Finally, the curriculum, its school organization and diversity are addressed by raising notes of knowledge, science and poverty.

Keywords: Poverty, social inequality and education.

Introdução

O Brasil tem apresentado uma tendência cada vez maior na desigualdade e na má distribuição de renda, excluindo grande parte da população as condições mínimas de igualdade e cidadania (BARROS, et al, 2000).

O presente trabalho está dividido em três eixos que abordam a presença da pobreza e das desigualdades sociais nas escolas. Na primeira parte é apresentada algumas considerações sobre a presença da pobreza e da desigualdade social no sistema educacional a partir de elementos conceituais de pobreza, além de desigualdade e educação.

A sociedade capitalista com suas contradições possibilita o aumento e a manutenção da pobreza e das desigualdades sociais. Esse modelo ao mesmo tempo em que produz riqueza reproduz a pobreza. Esse processo tem um reflexo na educação ao levar em conta as oportunidades diferentes que são dadas as diferentes classes sociais.

Na segunda parte é abordada a desigualdade social, cultura escolar e os movimentos sociais como sujeitos de direitos que lutam por uma escola que dê centralidade aos sujeitos, uma escola que acolha a diversidade, uma escola que dialogue com o território e uma escola que se comprometa com a transformação social.

A luta por uma educação pública e de qualidade se ingressou na pauta dos movimentos sociais que viram nesses espaços educacionais a exclusão social de grupos marginalizados socialmente e que não se sentiam representados as suas culturas, seus costumes, a sua vivência, entre outros.

Por fim, na terceira parte é abordada a complexa articulação do currículo escolar compreendendo a organização do tempo e do espaço

na escola, a territorialidade e o pertencimento sociocultural, os saberes e experiências dos coletivos sociais e a organização do currículo, organização escolar e diversidade.

A educação é um fenômeno composto por várias vertentes, várias filosofias, isso a constitui como não sendo neutra, pois nela implica certa visão do mundo e da sociedade, mesmo sendo ainda pouco percebida em espaços não escolares. As instituições escolares em seu currículo devem abordar um vertente de uma educação libertadora com o objetivo de inclusão social dos grupos marginalizados.

POBREZA, DESIGUALDADES E EDUCAÇÃO

A pobreza é uma das expressões primeira da questão social e “se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico” (BARROS; Henriques & Mendonça, 2000, 124). Ainda segundo esse autor a escassez de produtos e a má distribuição dos produtos existentes são os dois principais fatores que desencadeiam a pobreza.

Há outras formas de definir a pobreza como nível baixo de renda ou consumo, subdesenvolvimento humano, exclusão social, vulnerabilidade, falta de recursos, necessidades básicas não atingidas e privação. Assim:

a pobreza é o estado de privação de um indivíduo cujo bem-estar é inferior ao mínimo que sua sociedade é moralmente obrigada a garantir. A pobreza em uma sociedade é o agregado dos estados de privação dos seus membros (OSÓRIO; SOARE & SOUZA 2011, 09).

A pobreza não é fruto apenas da sociedade capitalista, ela já se manifesta desde o momento da exploração do homem pelo homem no

início da sociedade de classes. Com a descoberta da agricultura foi possível produzir além do necessário para a subsistência e a partir daí surgiram as contradições sociais impossíveis de serem conciliadas (RUFINO, 2017).

A diferença da pobreza na sociedade pré-capitalista da pobreza do modo de produção capitalista e que a primeira era causada pela escassez, ou seja, o que se produzia era apenas para a sobrevivência. Já a pobreza no modelo capitalista, que se acentuou com o processo de industrialização, é gerada pelas contradições do sistema capitalista que ao mesmo tempo em que desenvolvem as forças produtivas ao ponto de não ter mais escassez priva grande parte da população de ter acesso aos bens produzidos socialmente.

A relação capital trabalho, ou seja, a exploração dos trabalhadores pela burguesia capitalista em um processo de extração de mais-valia gerou uma pobreza nunca vista anteriormente o que desencadeou em um processo de desigualdade social que reflete nos diversos setores da sociedade. A pobreza e a desigualdade são basicamente geradas pela acumulação privada da riqueza.

De acordo com o IBGE 26,5% da população brasileira está abaixo da linha da pobreza e que seriam necessários R\$ 10,2 bilhões mensais para erradicar a pobreza, sendo a maior concentração na região Nordeste do país (IBGE, 2018). O Brasil comparado aos países desenvolvidos não se considera um país rico, porém o comparando com os países em desenvolvimento ele é o que tem melhores condições de enfrentar a pobreza. Por outro lado, o grau de pobreza do Brasil apresenta uma superioridade em relação aos países com renda per capita similar a nossa, isso se deve a má distribuição dos recursos e

consequentemente da renda no país (BARROS; Henriques & Mendonça, 2000).

Ao longo da história da humanidade ocorreram processos que possibilitaram o desenvolvimento de alguns setores importantes da sociedade. Porém, esse desenvolvimento ocorreu de forma desigual para algumas classes sociais. Fenômeno esse que foi se perpetuando até os dias atuais, legitimando e reproduzindo a desigualdade. A desigualdade social se define por “um fenômeno social, cultural e histórico exterior ao indivíduo, não sendo, portanto, determinado por condições naturais, biológicas ou por herança genética” (CARVALHO, 2012, 03,).

A desigualdade está intimamente ligada com o acesso aos meios de produção, como por exemplo, a propriedade e o capital, na qual algumas pessoas possuem privilégios e vantagens nesse acesso em relação às outras consideradas inferiores, mudando de forma em cada período histórico.

Todo esse processo ainda está presente porque existem mecanismos de reprodução que permite a sua manutenção, em forma de lei e regras que asseguram a coercitividade garantindo certa obediência por medo da penalização e do constrangimento. Essas regras são transmitidas por instituições como a família e a escola.

A desigualdade afeta as oportunidades e o estilo de vida das pessoas colocando as pessoas mais pobres em maiores situações de vulnerabilidade social e de risco. Segundo Carvalho (2012) existe três teorias sociológicas que explicam a desigualdade social: a concepção dicotômica, os esquemas de graduação e o esquema funcional. A primeira defende que o fator econômico é o principal responsável pela desigualdade, a burguesia detém os meios de produção enquanto os

trabalhadores possuem apenas a força de trabalho. Já a segunda teoria explica que os principais fatores da desigualdade são a renda, tipo de trabalho e grau de instrução, sendo esses elementos o que determina o acesso aos bens e serviços. Por fim, a terceira teoria afirma que a divisão social do trabalho é o que gera a desigualdade, sendo elas a diferenciação e a especialização.

A desigualdade, principalmente a de renda está tão intrínseca a história brasileira que acaba sendo aceita como algo natural. Por um longo período a educação ficou restrita a algumas camadas da sociedade brasileira tendo alguns marcos que a legitimaram. A Constituição de 1824 só garantia acesso a educação àqueles considerados cidadãos, ou seja, os homens e mulheres escravizados não estavam incluídos. A Constituição de 1891 não estabeleceu a gratuidade e obrigatoriedade do ensino ficando a cargo dos estados, o que não se efetivou em todos os estados o direito ao ensino primário. Com a Constituição de 1934 há previsão de criação de um plano nacional de educação (GARCIA & YANNOULAS, 2017).

A Constituição de 1937 determina como responsabilidade dos pais o dever de educação dos filhos desresponsabilizando o estado. As Constituições de 1946, 1967 e 1969 avançaram no sentido de obrigatoriedade do ensino primário para todos. Mesmo assim a educação não foi garantida como um direito devido a ausência de recursos materiais e humanos.

A educação se tornou um direito social fundamental para a cidadania com a Constituição Federal de 1988 trazendo um capítulo próprio para a educação.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu

preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF, art. 205, 1988).”

Esse capítulo ainda dispõe que é de responsabilidade do estado oferecer uma educação pública de qualidade para a educação básica (04 a 17 anos); ensino médio gratuito; atendimento especializado as portadores de necessidades especiais; creche para as crianças com até 05 anos de idade e oferta de materiais didáticos aos educandos (CF, art. 208, 1988).

A universalização da educação vai além do seu caráter universal, pois para além do alcance tem a questão da qualidade, do acesso e o papel da educação no contexto social, sendo que “a educação, tanto em sua expressão geral como em sua forma escolar, compõe a ordem social e, portanto, reflete as tensões, os conflitos e as contradições dessa ordem social” (GARCIA & YANNOULAS, 2017, 24). Para Saviani (1990, 08) “a educação não é outra coisa senão o processo através do qual se constitui em cada indivíduo a universalidade própria da espécie humana”.

Ao relacionar educação, pobreza e desigualdades sociais é importante compreender que aos pobres faltam oportunidades de fazer escolhas e traçar caminhos. A educação varia de acordo com o espaço e a classe social, isso se dá devido as diferenciações históricas, de forma que pobreza gera desigualdades educacionais.

Considera-se que a educação é fundamental para a saída da pobreza, pois pessoas escolarizadas têm mais chances de se ingressarem no mercado de trabalho o que permitiria a saída de condição de pobreza, porém apenas o acesso a educação não é suficiente, sendo preciso meios de permanência na escola/universidade

para uma aprendizagem com qualidade (GARCIA & YANNOULAS, 2017).

A pobreza é uma das principais causa do fracasso escolar. Esse fracasso está associado ao desempenho dos alunos pobres que enfrentam a fome, o frio, a falta de materiais didáticos, entre outros aspectos que estão diretamente ligados a falta de renda (FRANCO, 2015).

DESIGUALDADE SOCIAL, CULTURA ESCOLAR E MOVIMENTOS SOCIAIS

Face às desigualdades sociais da nação o engajamento por participação e isonomia de direitos alcançou o cotidiano da população periférica que forjou uma aliança com o terceiro setor em busca da igualdade assegurada pelos preceitos constitucionais da Constituição Cidadã de 1988 que em seu artigo 5º exara:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (CF, 1988).

Ao se falar em igualdade estamos nos referindo em dois grupos: igualdade de oportunidade e igualdade de resultados. A igualdade de oportunidade se refere as mesmas possibilidades de alcançar um objetivo, sem considerar as barreiras artificiais e os privilégios muito injustos. A igualdade de resultados é um pouco mais complexa, pois envolve alguns fatores como a renda, e a partir daí quais critérios devem ser utilizados para medir o nível de igualdade. O que acontece e que novas formas de desigualdades sempre irão surgir para substituir as que forem suprimidas.

Igualdade é uma noção tão antiga quanto complexa. Já de princípio, contrasta simultaneamente com duas outras noções que sempre marcaram uma presença análoga no decurso da história humana. Por um lado, igualdade opõe-se a diferença, mas, por outro lado, se contradiz com desigualdade (BARROS, 2005, 01).

A desigualdade social iniciou-se a partir do domínio do homem sobre a natureza que determinou uma relação de poder de uma classe sobre a outra quando o trabalho humano tornou-se lucrativo para um determinado grupo social, porém no capitalismo ela adquire patamares mais complexos.

Historicamente as escolas sempre tiveram dificuldades para trabalhar com a diversidade seja ela de raça, gênero ou etnia, vivência social, ritmo de aprendizagem, entre outras. Trabalhar com a diversidade exige que o educador saia do eixo tradicional de apenas transmitir conteúdos e insira na realidade dos educandos passando a considerar esses sujeitos.

Esse movimento social realiza-se em ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas.

A desigualdade social, no modo de produção capitalista, gera graves consequências para a vida da classe trabalhadora (proletariados), que por sua vez, reagem como forma de resistência, em um dado momento histórico, no qual, os trabalhadores adquirem certa consciência de sua situação de exploração, atribuindo um evidente traço de caráter político à chamada questão social, o que representou uma ameaça à classe burguesa (RUFINO, 2017,04).

A partir do momento em que o capitalismo exclui os trabalhadores e em que a escola impôs a cultura dos grupos dominantes e passaram a utilizá-la para todos os grupos desconsiderando a diversidade cultural, os movimentos sociais entram em cena como sujeitos de direitos, ou

seja, na luta pela inclusão dos diversos grupos sociais: os negros, os indígenas, os camponeses, os pobres, os marginalizados de nossa sociedade.

A escola pública que deveria ser igual para todos acaba por reproduzir as desigualdades sociais, culturais, econômicas e políticas. Essa forma de escolarização aniquilou muitas culturas tradicionais trazendo um rastro de violência cultural e social. Todo esse processo começou a ser questionado por aqueles que não se sentiam representados no espaço escolar. No Brasil movimentos sociais como O Movimento Sem Terra (MST), movimento negro e o movimento indígena questionam esse modelo de escolarização.

Os movimentos sociais lutam pelo acesso aos direitos sociais, seja ele a terra, a saúde, a educação, pela transformação da sociedade e ao mesmo tempo faz uma crítica ao modelo de cidadania proposto, inclusive no ambiente escolar. Essa pressão permite uma mudança dentro desses espaços e abre possibilidades e oportunidades para aqueles que historicamente foram privados dos bens socialmente produzidos e submetidos as regras culturais.

A exclusão, para esses coletivos, aparece também na forma de racismo e discriminação cultural, e não só como exploração econômica. Desse modo, os movimentos sociais começam a questionar as políticas sociais de caráter universalista, que pretendem superar as desigualdades sociais pela perspectiva da garantia formal de oportunidades iguais para todos os cidadãos, tais como as políticas educacionais (LEITE, 2015,18).

Ao ingressarem no ambiente escolar crianças e jovens se deparam com um ambiente totalmente distinto do seu onde seus valores e sua cultura não são considerados como um conhecimento legítimo, sendo violados os seus direitos ao submetê-los a essa cultura imposta.

Acreditar que a escola pode ser um espaço de igualdade e de transformação social, que acolha a diversidade dando centralidade aos sujeitos, uma escola que dialogue com o território é uma das bandeiras levantados por esses novos movimentos sociais, unificando as outras reivindicações com a de uma educação de qualidade e não discriminatória.

Uma escola que de centralidade aos sujeitos é aquela que valoriza a bagagem cultural das crianças e jovens que chegam até ela, não os distanciando da sua realidade social, compreendendo que esse processo pode interferir na aprendizagem do aluno. Acolher a diversidade significa compreender a diversidade dos estudantes transformando-a em vantagem pedagógica ampliando a linguagem e a cultura em um processo interativo.

Dialogar com o território é um dos principais deveres da escola, pois é a partir dessa prática que compreende as deficiências existentes, as situações de vulnerabilidade social e a realidade em que os sujeitos alunos estão inseridos, sem arrancar essa identidade. Uma escola que se preocupa com a transformação social denunciando desigualdades, injustiças e propondo uma educação libertadora baseada na pedagogia, que entende a educação como um ato político de forma a se conectar com os excluídos.

POBREZA E CURRÍCULO: UMA COMPLEXA ARTICULAÇÃO

Ao falarmos em currículo estamos nos referindo a construção da carreira do estudante, os conteúdos, ou seja, aquilo que o aluno deverá aprender. Compreende um plano de estudos que o professor e as

escolas devem cobrir, se relacionando com o que deve ser ensinado e o que deve ser aprendido.

O currículo é uma espécie de ordenação ou partitura que articula os episódios isolados das ações, sem a qual esses ficariam desordenados, isolados entre si ou simplesmente justapostos, provocando uma aprendizagem fragmentada (SACRISTÁN, 2013,17)

Com o tempo o currículo se tornou um organizador do ensino possibilitando uma melhor qualidade na aprendizagem, ordenando os conteúdos que serão abordados de acordo com a idade dos alunos, estabelecendo uma ordem sequenciada. Por meio dele são delimitados os conteúdos das disciplinas bem como as referências que serão utilizadas

O currículo se tornou um instrumento essencial na educação a partir do momento em que essa se tornou um direito de todos necessitando de um sistema escolar organizado e desenvolvido, tendo influência na prática escolar e na sociedade externa. De forma geral o currículo se potencializa no funcionamento da instituição escolar, na divisão do tempo, na especialização dos professores e na ordem de aprendizagem.

O currículo não é algo neutro, ele age de acordo com algumas direções, expressando um projeto cultural e educacional que as instituições de ensino irão seguir que incluem interesses e valores de uma sociedade. A educação pode ser um instrumento com base em um projeto emancipador e, isso deve ser desenvolvido no currículo, que se concretiza com atividades específicas.

A concepção do currículo como processo e práxis perpassa por cinco eixos: o projeto de educação – o texto curricular; a interpretação pelos professores; a realização das práticas com os sujeitos concretos; os efeitos educacionais reais e os efeitos comprovados.

A escolha dos conteúdos deve partir do questionamento de qual a função da educação na sociedade e das suas responsabilidades perante a cultura dos diversos sujeitos. Isso não é tarefa fácil o que torna os componentes curriculares da educação um tanto polêmicos atualmente.

O debate da cultura no plano da educação exige flexibilidade e muito diálogo, pois ainda está arraigada a ideia de que se deve abster dos conflitos e das polêmicas sem levar em consideração que “o currículo é um campo de batalha que reflete outras lutas: corporativas, políticas, econômicas, religiosas, de identidade, culturais, etc.” (SACRISTÁN, 2013, 29).

A aprendizagem precisa ser um processo de enriquecimento e ampliação da experiência pessoal alimentada pela experiência social, considerando a realidade social do aluno, sua vivência, sua cultura como forma de diminuir a desistência escolar. O que é perceptível e que as ciências sociais estão sendo desvalorizados para centrar nas disciplinas com preparação para o mercado de trabalho em um momento com alto índice de desemprego. Assim, as políticas educacionais devem levar em consideração o espaço que os sujeitos vivem e suas subjetividades e as relações sociais ali existentes, ou seja, levar em consideração as características que o território apresenta, sendo elas geográficas e sociais.

O uso do termo território nas ciências sociais não advém dos estudos geográficos que o considera apenas como propriedade, área, limite administrativo. Aqui se refere a noção de contradição, relação de poder, dinamismo, identidade, cultura, etc., tendo uma abrangência múltipla que envolve diferentes agentes sociais. Os estudos territoriais são importantes ferramentas para compreender as questões sociais e espaciais (FERREIRA, 2014).

O século XXI trouxe um desafio para a educação brasileira que é a de inserir todas as crianças e jovens no ambiente escolar com todas as suas diversidades socioculturais. Esse processo exige grandes decisões para as políticas públicas de educação, como por exemplo, uma revisão curricular que atendesse as necessidades de todos os públicos.

Essa revisão curricular da abertura para envolver todas as vivências escolares com a mesma importância da formação educacional e abre uma perspectiva de abrangência das necessidades e anseios do público que estão em desvantagens nessa sociedade desigual com o objetivo de superar a ignorância do conhecimento da diversidade, o preconceito e a discriminação, haja visto que, o currículo esteve sempre voltado na valorização de algumas culturas em relação a outras tantas.

Em um contexto social em que uma determinada classe se encheu de privilégios e teve acesso aos diversos bens e serviços, os desprivilegios se manifestaram também no contexto escolar. E mesmo existindo legislações que garantem a diversidade no currículo escolar ainda é pouco frequente o ensino de culturas africanas e indígenas, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo apesar de superar a escassez de bens e alimentos não superou a desigualdade, pelo contrário acentuou-a ainda mais, pois os despossuídos de condições financeiras não tem acesso a maioria das coisas. As regras/leis são criadas com o intuito de manter a ordem social, atendendo os interesses daqueles que as criam. Os prejudicados se sujeitam apenas por receio da punição. A pobreza é algo

fundamental para o capitalismo, pois ao mesmo tempo em que ela produz a riqueza ela reproduz a pobreza.

Ao analisarmos os referenciais teóricos compreendemos que a desigualdade se configura como tal devido a má distribuição dos bens socialmente produzidos. Sendo assim, ela se diminuiria ou mesmo se extinguiu se esses bens fossem mais bem distribuídos, o que não acontece dentro de uma sociedade capitalista.

Apesar da igualdade está prevista na Constituição Federal de 1988 ainda é um grande desafio que isso se efetive, principalmente na questão da igualdade social em todas as esferas da sociedade.

O que se espera é um futuro em que são sejam necessárias políticas afirmativas para impor o respeito e a igualdade dos diferentes segmentos da sociedade. Essas atitudes devem partir de cada indivíduo como iniciativas de respeito ao próximo e as diferenças sociais, religiosas, étnicas, gênero, entre outras.

Pelo fato do Brasil ser um país muito desigual acredita-se que seja um país pobre, o que não condiz com o seu potencial. Na verdade o Brasil é um país com muitos pobres, fato esse ocasionado pela grande concentração da riqueza nas mãos de poucos, como por exemplo, a concentração de terras.

A educação por si só no capitalismo não consegue erradicar a pobreza, pois é uma questão estrutural, mas ela é muito importante nos processos de emancipação humana e de transformação social. A pobreza não se suprimirá na mesma ordem que a cria e a reproduz, o capitalismo.

É divergente de a realidade brasileira associar a renda per capita do país com a classificação da pobreza compreendendo que há uma concentração de riqueza nas mãos de poucos. Sabemos que a renda

per capita brasileira é mais que suficiente para erradicar a pobreza e a indigência no país.

O capitalismo responsabiliza o indivíduo pelo fracasso e associa-o a incompetência e a violência, mascarando a sua essência destrutiva. Essa riqueza produzida não gera acumulação, mas sim acumulação nas mãos de poucos que se apropriam dela mediante a exploração da força de trabalho. A pobreza ainda é vista como uma questão moralista, ou seja, os indivíduos a aceitam porque querem ou porque são preguiçosos.

Na área da educação há um predomínio da perspectiva funcionalista em relação à perspectiva crítica. A formação educacional está voltada apenas para o mercado de trabalho. É necessária uma educação libertadora que coloque o sujeito como o eixo principal.

É preciso compreender que o ensino da diversidade cultural e o respeito as mesmas é uma forma de efetivar os direitos dos povos que historicamente foram excluídos de diversos espaços, inclusive da escola, e não como concessões ou tolerância.

REFERÊNCIAS

BARROS, José d'Assunção. **Igualdade, desigualdade e diferença**: em torno de três noções. *Análise Social*, vol. XL, p. 345-366, 2005.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Desigualdade e pobreza no Brasil**: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 42, fev. 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. (et al). **Desigualdades de gênero, raça e etnia**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

CENPEC. **Educação em territórios de alta vulnerabilidade social na metrópole**: Síntese das conclusões. São Paulo: Cenpec, 2011.

FERREIRA, D. da S. **Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 111-135, 2014.

FIGUEIREDO, J. G. **Desigualdade social e capitalismo**: os limites da igualdade sob a ordem burguesa. UFMA: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2013.

GARCIA, A. V.; YANNOULAS, S. C. **Educação, pobreza e desigualdade social**. Brasília: Revista Em Aberto, v. 30, n. 99, p. 21-41, 2017.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2003.

LEITE, L. H. A. **Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza.** In: Educação, Pobreza e Desigualdade Social. SECADI, 2015

OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei. Suarez Dillon; SOUZA, Pedro Herculano G. Ferreira de. **Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil.** Texto para Discussão nº1619. Brasília, 2011.

RUFINO, P. de M. **A produção da pobreza na sociabilidade capitalista.** UFMA: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2017.

SACRISTÁN, J.G. **O que significa o currículo?** In: J.G. SACRISTÁN (org.), Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, p. 16-35, 2013.

SAVIANI, D. **Contribuições da filosofia para a educação.** Em Aberto, Brasília, v. 9, n. 45, p. 3-9, 1990.